

RESOLUÇÃO CEPE/IFSC Nº 192, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

Aprova o Projeto Pedagógico de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* no IFSC e encaminha ao CONSUP para apreciação.

O PRESIDENTE do COLEGIADO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA – CEPE, de acordo com a Lei que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, LEI 11.892/2008, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 8 do Regulamento Interno do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Santa Catarina - RESOLUÇÃO Nº 21/2010/CS, e de acordo com as competências do CEPE previstas no artigo 12 do Regimento Geral do Instituto Federal de Santa Catarina RESOLUÇÃO Nº 54/2010/CS;

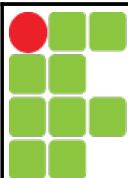
Considerando a apreciação pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE na Reunião Ordinária do dia 07 de dezembro de 2017, o Presidente do CEPE resolve submeter à aprovação do CONSUP - Conselho Superior, a criação e oferta de vagas do seguinte Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* :

Nº	Câmpus	Curso				Carga horária	Vagas por turma	Vagas totais	Turno de oferta
		Nível	Modalidade	Status	Curso				
1.	Florianópolis	Especialização	EaD	Criação	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Gestão em Saúde	420 horas	25	100	Quinzenalmente (Noturno)

Florianópolis, 07 de dezembro de 2017.

LUIZ OTÁVIO CABRAL

(Autorizado conforme despacho no documento nº 23292.032347/2017-35)



INSTITUTO FEDERAL
SANTA CATARINA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA
CATARINA.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO – PPC CAMPUS FLORIANÓPOLIS

ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EM SAÚDE - EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Pós Graduação Lato Sensu

Florianópolis

2017

SUMÁRIO

1 DADOS DA IES	04
1.1 Mantenedora	04
1.2 Mantida – Campus Proponente	04
1.3 Nome dos responsáveis/representantes pelo projeto/oferta	05
1.4 Contextualização da IES	05
2 DADOS DO CURSO	08
2.1 Requisitos Legais	08
2.2 Parceria externa para a realização do curso	08
2.3 Dados para preenchimento do certificado	09
3 ATENDIMENTO AO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA	09
3.1 Fluxo e Etapas do Atendimento Educacional Especializado (AEE)	09
3.2 Plano AEE	10
4 ASPECTOS GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO	10
4.1 Justificativa da oferta do curso	10
4.2 Objetivos do curso	11
4.3 Contribuições para o egresso	11
4.4 Público alvo	12
4.5 Ingresso no curso	12
4.6 Desligamento do discente	13
5 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO	13
5.1 Metodologia	13
5.2 Matriz Curricular	14
5.3 Componentes curriculares	14
5.4 Atividades complementares	23
5.5 Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem	23
5.6 Trabalho de Conclusão de Curso	25
5.7 Atividades de Tutoria (para cursos EAD)	26
5.8 Critérios de aproveitamento de unidades curriculares cursadas anteriormente	26
5.9 Incentivo a pesquisa, a extensão e a produção científica e tecnológica	26
6 CORPO DOCENTE E TUTORIAL	27
6.1 Coordenador do Curso	27
6.2 Corpo Docente	27
6.3 Colegiado do Curso	28
7 INFRAESTRUTURA FÍSICA	28
7.1 Instalações gerais e equipamentos	28
7.2 Polos de apoio presencial ou estrutura multicampi (para cursos EAD)	29

7.3 Sala de tutoria (para cursos EAD)-----	30
7.4 Suportes midiáticos (para cursos EAD)-----	30
7.5 Biblioteca-----	30
8 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO-----	31
9 AUTORIZAÇÃO DA OFERTA DO CURSO-----	31

1. DADOS DA IES

1.1 Mantenedora

Nome da Mantenedora: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina		
Endereço: Rua 14 de Julho		Número: 150
Bairro: Coqueiros	Cidade: Florianópolis	Estado: SC
CEP: CEP: 88075-010	CNPJ: 11.402.887/0001-60	
Telefone(s): (48) 3877-9000		
Ato Legal:		
Endereço WEB: www.ifsc.edu.br		
Reitor(a): Maria Clara Kaschny Schneider		

1.2 Mantida – Campus Proponente

Nome da Mantida: Instituto Federal de Santa Catarina - Campus Florianópolis		
Endereço: Av. Mauro Ramos		Número: 950
Bairro: Centro	Cidade: Florianópolis	Estado: SC
CEP: 88020-300	CNPJ: 11.402.887/0002-41	
Telefone(s): (48)3877 6047		
Ato Legal:		
Endereço WEB: www.florianopolis.ifsc.edu.br		
Diretora Geral(a): Andrea Martins Andujar		

1.3 Nome dos responsáveis/representantes pelo projeto/oferta

Nome: Rosane Aparecida do Prado	Email: rosane@ifsc.edu.br	Fone: (48)99321963
Nome: Vanessa Luiza Tuono Jardim	Email: vanessal@ifsc.edu.br	Fone: (48)91762510
Nome: Suelen dos Santos Saraiva	Email: suelen.saraiva@ifsc.edu.br	Fone: (48)96448353
Nome: Alexandre Pareto da Cunha	Email: pareto@ifsc.edu.br	Fone: (48)98170960
Nome: Camilla Costa Cypriano	Email: camilla.cypriano@ifsc.edu.br	Fone: (48)84119034

1.4 Contextualização da IES

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFSC – tem vivenciado muitas transformações em sua atuação na Educação básica e superior. Iniciou suas atividades em 1909 como "Escola de Aprendizes Artífices", por meio do Decreto n.º 7.566, de 23/09/1909, pelo Presidente da República, Nilo Peçanha. Seu objetivo, como expresso à época, era atender os desvalidos da sorte e desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como meio de vencer as dificuldades sempre crescentes na luta pela existência. A Escola foi instalada em Florianópolis, na Rua Almirante Alvim nº 17, em prédio cedido pelo então Governador do Estado de Santa Catarina.

Na década de 1930, em razão do crescimento da industrialização no país, a escola passou, por meio da Lei n.º 378/37, a denominar-se "Liceu Industrial de Florianópolis". Depois, pelo Decreto-Lei n.º 4.127/42, a escola foi transformada em "Escola Industrial de Florianópolis", passando a oferecer, então, aos estudantes oriundos do ensino primário, cursos industriais básicos. A partir da Lei n.º 4.759, de 20 de agosto 1965, a escola recebeu a denominação de "Escola Industrial Federal de Santa Catarina"; um ano depois disso, foi implantado o Curso Técnico Industrial de Agrimensura.

A escola foi transformada, em 1968, por portaria ministerial, em "Escola Técnica Federal de Santa Catarina". Com a reforma do ensino de 1º e 2º graus introduzida pela Lei 5.692/71 (LDB), deixa-se de oferecer na instituição, ensino de 1º grau (antigo curso ginásial), passando a funcionar apenas o ensino de 2º grau, hoje denominado Ensino Médio.

Pela Lei nº 8.948/94, todas as Escolas Técnicas Federais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), condicionado apenas à publicação de decreto presidencial específico para cada centro. Em 27 de março de 2002, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto Presidencial de criação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET-SC).

Em 2008, com a Lei nº 11.892, de 29/12, o CEFET-SC é transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). O IFSC é hoje uma

instituição pública federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Tem sede e foro em Florianópolis, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Tem por missão desenvolver e difundir conhecimento científico e tecnológico, formando indivíduos capacitados para o exercício da cidadania e da profissão.

O IFSC tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação e da educação profissional e tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com a sociedade e com os setores produtivos, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

Atualmente, o IFSC é constituído por 21 câmpus (Florianópolis, São José, Jaraguá do Sul, Florianópolis-Continente, Araranguá, Joinville, Chapecó, São Miguel do Oeste, Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Lages, Itajaí, Palhoça-Bilíngue, Xanxerê, Caçador, Urupema, câmpus Geraldo Werninghaus, Garopaba, Tubarão, São Carlos e Campus avançado de São Lourenço do Oeste). 2 polos presenciais (Siderópolis e Içara). Considerando os polos da Universidade Aberta do Brasil atendidos com cursos de educação a distância, o IFSC marca presença nos três estados da região Sul e no estado de São Paulo.

O IFSC desenvolve suas atividades de ensino nos níveis básico e superior, na educação profissional, atuando também nas modalidades Jovens e Adultos e Educação Especial. No nível técnico, atua nas formas integrada, concomitante, sequencial e pós-técnico.

O IFSC iniciou sua atuação na educação a distância (EaD) ainda como CEFET, em 1999, quando a então Unidade São José ofereceu o primeiro curso básico em refrigeração a distância. Em 2006 o CEFET-SC, Unidade Florianópolis, ofereceu o primeiro curso técnico em eletrotécnica na modalidade EaD, em parceria com a ELETROSUL. Participou, ainda, do primeiro edital do Programa Universidade Aberta do Brasil[1](UAB) publicado pelo MEC/SEED, ofertando, em 2007, 300 vagas para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade a distância, para 06 (seis) polos de apoio presenciais, localizados nos seguintes municípios: Cachoeira do Sul/RS, São João do Polêsine/RS, Tapejara/RS, Tio Hugo/RS, Foz do Iguaçu/PR e Jales/SP.

Em 2008, com a inclusão do polo de Nova Londrina/PR, foi realizado vestibular para quatro polos possibilitando, portanto, o ingresso de mais 350 estudantes no Curso de Graduação. Em 2009, o IFSC ofertou pela terceira vez o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública em três polos de apoio presencial (para 150 estudantes), e em agosto de 2010 iniciou a quarta oferta do curso nos polos de Foz do Iguaçu, Tapejara, Cachoeira do Sul e Jales (200 estudantes). Também ofertou pela UAB, em 2009, o Curso de Aperfeiçoamento em Educação de Jovens e Adultos (pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD) em cinco polos no estado de Santa Catarina.

Em 2010, o IFSC iniciou a oferta de três cursos de pós-graduação em nível de especialização *lato sensu*: Gestão Pública, Gestão em Saúde e Ensino de Ciências, em 16 (dezesesseis) polos de apoio presencial no estado de Santa Catarina e em Jales - SP. No ano de 2011, foram ofertadas as especializações em Gestão Pública, Gestão em Saúde e Ensino de Ciências em mais 17 (dezesete) polos, bem como a quinta turma do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública em 7 (sete) polos simultaneamente.

Os Cursos de Especialização em Gestão em Saúde e Gestão Pública são ofertados pelo Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP que tem como objetivo geral formar profissionais com amplo conhecimento em administração pública, capazes de atuar no âmbito federal, estadual e municipal, administrando com competência e ética as organizações governamentais e não-governamentais. O Programa pretende, especificamente:

- Capacitar quadros de gestores para atuar na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;
- Contribuir para a melhoria das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro;
- Formar quadros de gestores públicos que desenvolvam visão estratégica dos negócios públicos a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade do governo e de suas unidades administrativas. (UAB/CAPES, 2013)

Com essas novas ofertas, o número de estudantes na modalidade a distância do IFSC ultrapassou 3.500. No ano de 2012, foi ofertada a primeira turma dos cursos de Especialização *Lato Senso* em Mídias na Educação, e Educação para a Diversidade com ênfase em Educação de Jovens e Adultos (EJA). Com a consecução dos demais cursos oferecidos pelo Programa UAB – IFSC, 36 (trinta e seis) polos são atendidos.

O IFSC também aderiu ao programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-TEC Brasil) da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (SEED/MEC). Esse é um programa de âmbito nacional realizado em parceria entre o próprio Ministério da Educação, prefeituras ou secretarias estaduais de educação e instituições públicas executoras (principalmente a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica). Para tal, através de editais, a SEED/MEC cadastrou e avaliou todos os parceiros envolvidos no processo. O levantamento de demanda (cursos e vagas) foi realizado em 2009 pelas prefeituras ou secretarias estaduais de educação, através de consulta às instituições de ensino, com o levantamento do perfil socioeconômico da região, que indicaram as suas necessidades. No estado de Santa Catarina, as prefeituras candidatas aprovadas pelo MEC foram São José e Itapoá.

Em 2012 o projeto e-Tec Brasil aprovou nova oferta num total 350 vagas para as cidades de São José, Itapoá, Santa Cecília, Otacílio Costa, Xanxerê, Gaspar e Campos Novos.

O IFSC, na modalidade a distância, desenvolve cursos técnicos, de graduação e especialização, e tem como preocupação social a democratização do conhecimento levando a cidadãos residentes em cidades distantes dos seus campus diferentes oportunidades educacionais.

2. DADOS DO CURSO

Nome do curso: Especialização em Gestão em Saúde
Modalidade: A distância
Área: 40602001 SAÚDE PÚBLICA
Carga Horária: 360 h para integralizar as unidades curriculares e 60 h para Trabalho de Conclusão do Curso
Periodicidade: Oferta Eventual
Período: 18 meses
Número de vagas: Primeira oferta será em: Caçador (SC), Chapecó (SC), Florianópolis (SC), Joinville (SC). Nº de vagas por polo: 25.
Horário e frequência das aulas:
Encontros presenciais: Quinzenalmente, no período noturno.
Campus e Departamento: Florianópolis/ Departamento Acadêmico de Saúde e Serviço - DASS.

2.1 Requisitos Legais

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Decreto Nº 5.622/2015 que regulamenta o artigo 80 da LDB; Resolução Nº 01/2007/CNE/CEB; Regulamento Didático Pedagógico do IFSC - RDP; Resolução 105/2011 republicado em março de 2016/CEPE/IFSC; Resolução Nº 060/2011 CEPE/IFSC; Resolução Nº 06/2012 CEPE/IFSC. Resolução Nº 005/2016 Colegiado DASS. Resolução Nº 006/2017 Colegiado Campus Florianópolis de 04 de junho de 2017.

2.2 Parceria para a realização do curso

NEaDs de Chapecó, Joinville e Florianópolis. Polo de Caçador.

O polo acima citado, aceitou continuar com a parceria via estado, disponibilizando espaço, tutoria presencial e demais infraestrutura utilizada para as aulas. E os NEaDs serão núcleos de educação a distância do IFSC. Os NEaDs de Chapecó e Joinville serão recebedor do Curso e o

NEaD de Florianópolis será recebedor e ofertante.

2.3 Dados para preenchimento do certificado

Especialista em Gestão em Saúde; Aprovado pela Resolução Nº 007/2010 do Conselho Superior do IFSC.

3. ATENDIMENTO AO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA

O campus Florianópolis contribui na implementação de políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos estudantes com necessidades específicas. Por meio da Direção de Ensino (DIREN) realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e outros atendimentos, sendo estes ofertados pela Coordenadoria de Inclusão em articulação com a Coordenadoria Pedagógica, Setor de Saúde e demais Coordenações de Curso.

Quanto a inclusão e a acessibilidade temos como determinação o previsto nas leis 7.853/19891, 10.098/2000 e 10.048/2000 que são complementadas pelo Decreto 3.298/1999 pela Lei 10.436/2002, pelo Decreto 5.626/2005 e pela NBR 9050.

São considerados estudantes com necessidades específicas as pessoas com deficiência (PCD's) e com transtornos diversos. Pessoas com deficiência (PCD's) são pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, que possuem limitação ou incapacidade para o desempenho de atividades e que se enquadram nas seguintes categorias: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental, deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências. Pessoas com transtornos diversos seriam as com altas habilidades/superdotação, dislexia, discalculia, disgrafia e distúrbios psiquiátricos/psicológicos.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. Consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços.

Outro elemento do Atendimento Educacional Especializado é a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida por meio da supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

3.1 Fluxo e etapas do atendimento educacional especializado (AEE):

Notificação na Matrícula

Primeiro contato com o(a) aluno(a), pais ou responsáveis: Neste contato conhecemos o aluno, reconhecemos a deficiência e verificamos possíveis adaptações. Para a continuidade do Atendimento Educacional Especializado realizamos algumas reuniões com o Coordenador do curso, Coordenação Pedagógica, professores e demais setores envolvidos para planejar e construir o plano de AEE e os recursos pedagógicos e de acessibilidade necessários ao estudante.

3.2 Plano AEE

Identificação das necessidades educacionais específicas do estudante; Definição de recursos necessários; Atividades a serem desenvolvidas; Ao longo do semestre e do curso monitora-se a situação e verifica-se novas necessidades em conjunto com a coordenação pedagógicas, professores e coordenadores de curso.

Os demais NeaDs e polo que serão ofertados o Curso de Especialização Gestão em Saúde, também possuem estrutura que respeitam as normas de acessibilidade e estão cientes da necessidade de infraestrutura adequada no caso de PCDs.

4. ASPECTOS GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO

4.1 Justificativa da oferta do curso

O futuro das organizações de trabalho é campo de amplas discussões em diversos setores e países. Sabe-se que não existem respostas precisas para todas as questões levantadas, como, por exemplo, quais as qualificações necessárias nos próximos anos. Por outro lado, percebe-se uma necessidade de qualificação premente dos profissionais de organizações públicas, provocadas por mudanças no gerenciamento e acompanhamento dessas instituições. O IFSC, inserido nesse contexto de transformações, percebe as necessidades internas e externas de qualificação de recursos humanos na área de Gestão.

No cenário atual, o fortalecimento das instituições deve passar pelo conhecimento das inovações tecnológicas e por um esforço dos profissionais para incorporarem novas práticas gerenciais e inovações tecnológicas de modo que acompanhem os avanços nos processos de gestão das organizações.

Os avanços tecnológicos têm estabelecido frequentes mudanças qualitativas e quantitativas no mundo do trabalho, fazendo com que uma parcela considerável da população seja excluída do processo produtivo.

A adoção de novas formas de gestão e participação ativa dos envolvidos muda radicalmente a forma de trabalhar. A introdução de novos instrumentos e métodos provoca o fortalecimento da gestão de processos, exigindo novas capacidades dos profissionais,

destacando-se a do pensamento lógico-abstrato e da criatividade, para resolução de problemas, na medida em que essa base científica opera basicamente através de símbolos e do pensamento criativo e analítico.

Devido ao desenvolvimento tecnológico e à implantação de processos e mecanismos de supervisão e auditoria pelos órgãos competentes, os sistemas de gestão das instituições públicas necessitam cada vez mais, além de processos modernos, de pessoas altamente qualificadas para propor soluções aos problemas encontrados. Um processo profissionalizado dá à instituição condições para se inserir no mundo globalizado, proporcionando versatilidade gerencial que pode responder às demandas da sociedade.

Constata-se, com clareza, a necessidade de oferecimento de cursos específicos na área de gestão, onde as tendências administrativas apontam para necessidades profissionais mais especializadas.

Considerando essa necessidade de atualização na área de gestão dos profissionais que atuam em organizações públicas da região, destaca-se que o formato deste curso permite atender a essa situação. O Curso de Pós- Graduação *Lato Sensu* em Gestão em Saúde propõe-se a atualizar e especializar os profissionais, de forma que possam desenvolver novos conhecimentos na área e utilizar as tecnologias mais recentes em seu ambiente de trabalho. Isso poderá se dar, também, na gestão de organizações públicas, na atuação em gestão de processos e de projetos, bem como na resolução de problemas inerentes as atividades de gestão, objetivando qualificação especializada na gestão pública de instituição da área da saúde.

Convém ressaltar que nesta primeira oferta o número de vagas será de 25 alunos, por tratar-se de oferta própria, sem fomento e que serão professores da área saúde que coordenarão e ministrarão suas aulas, considerando que hoje o quadro é composto por 10 docentes. Implica-se em dispor de mão de obra docente, operacionalização do ambiente virtual bem como a parte administrativa do curso sem previsão de contratação de professores.

4.2 Objetivos do curso

OBJETIVO GERAL

Qualificar os profissionais da saúde oportunizando o desenvolvimento de novas habilidades e conhecimentos na área da gestão em saúde.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Qualificar a atuação dos profissionais na gestão de projetos e processos e na resolução de problemas inerentes às instituições de saúde públicas e privadas;
- Promover a exploração de tecnologias recentes nos serviços de saúde, sobretudo do SUS;
- Propiciar o processo formativo para os profissionais atuarem no magistério superior.

4.3 Contribuições para o egresso

O egresso do Curso de Especialização de Gestão em Saúde deverá ser capaz de:

- compreender os conceitos básicos e terminologias nas áreas funcionais de organizações de saúde e Sistema Único de Saúde – SUS;
- desenvolver aptidões como comunicação oral e escrita, trabalho em equipe, liderança para o desenvolvimento gerencial na saúde.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizadas ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de complexidade exigido pela sociedade contemporânea, espera-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito crítico e a sua capacidade de produção de novos conhecimentos.

Deste modo, atrelado aos conhecimentos comportamentais e de contexto, exige-se do Gestor em Saúde o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional, de seus recursos humanos, financeiros e de produção e de gestão pública, evidentemente pautado por um compromisso ético com a construção de uma sociedade justa.

No campo organizacional e de seus recursos, espera-se que o egresso/gestor seja capaz de promover o equilíbrio entre os objetivos organizacionais, suas disponibilidades e os interesses e necessidades da sociedade em geral. Para tal, exige-se que o egresso/gestor seja capaz de pensar novas formas de organização (tanto nos seus aspectos estruturais como nos funcionais), compatíveis com um ambiente em que a participação no processo decisório e a crescente responsabilidade das organizações com o desenvolvimento humano parecem constituir-se em condições essenciais para a obtenção de sucesso.

Na área de estudos governamentais em saúde, é imprescindível que o gestor seja capaz de conhecer os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo da formação social, bem como a lógica e os procedimentos das ações administrativas governamentais. Assim seja, na área financeira e orçamentária, no processo de formulação e avaliação de políticas públicas em geral, não apenas de modo a cuidar da coisa pública de modo eficientemente, mas também de forma responsável, permitindo, a manutenção de relações harmônicas entre o setor público, o privado e a sociedade civil organizada, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado.

4.4 Público alvo

O Curso de Especialização em Gestão em Saúde, modalidade a distância, será oferecido **preferencialmente** para os profissionais da área saúde, ou ainda **preferencialmente** aos que exerçam atividades em órgãos públicos e também com o ensino superior, bem como para os

administradores das áreas privadas da saúde ou que tenham aspirações ao exercício da função; o referido curso está aberto também a outras demandas sociais.

4.5 Ingresso no curso

Para inscrever-se, é necessário preencher ficha de inscrição no endereço eletrônico: www.ingresso.ifsc.edu.br. O candidato selecionado deverá submeter os documentos comprobatórios, exigidos no edital de ingresso. Alunos que já iniciaram o Curso e não finalizaram, pretendendo retornar, devem solicitar reingresso emitindo solicitação à coordenação.

Classificação de ingresso conforme edital.

4.6 Desligamento do discente

O processo de desligamento poderá ocorrer por solicitação institucional ou por solicitação discente.

No primeiro caso, a instituição ofertante define critérios, conforme descritos a seguir, que resultarão no desligamento do discente:

- Ausentar-se sem justificativa em três encontros presenciais consecutivos;
- Deixar de acessar o AVEA por um período maior do que 30 dias;
- Desrespeitar as normas institucionais.

O discente que desejar o desligamento deverá solicitar à coordenação, de acordo com as normas institucionais.

5. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

5.1 Metodologia

O Curso será na modalidade a distância, com um encontro presencial quinzenal. As demais interações se darão por meio do ambiente virtual de ensino e aprendizagem. O material acessório será disponibilizado via on-line, de acordo com a estrutura das unidades curriculares assim como as demais atividades e ou material de apoio as práticas pedagógicas.

Os docentes que estiverem ministrando as unidades curriculares terão até 48 horas para responder as demandas virtuais dos alunos.

Os momentos presenciais se darão quinzenalmente, onde os alunos irão ao polo/NEaD e assistirão o momento síncrono, onde o docente estará no campus Florianópolis ministrando sua aula por meio da vídeo conferência.

Os momentos a distância os alunos deverão acessar o ambiente virtual para leitura dos materiais como livros textos, que serão disponibilizados online, resolução de exercícios e demais

tarefas disponibilizadas. Oferecer-se-á trabalhos individuais e coletivos aos alunos com o objetivo de reflexão da teoria versus realidade.

Cada polo ou NEaD manterá disponível um tutor durante os encontros presenciais para auxílio com a videoconferência e contato com os polos.

Nos polos em que se ofertará o curso a responsabilidade desse profissional será via prefeituras ou secretarias de educação do estado.

No NEaD campus Florianópolis haverá um bolsista e um servidor técnico da área de TI para suporte. O NeaD campus Joinville disponibilizará por meio dos servidores o suporte necessário.

5.2 Matriz Curricular

Unidade Curricular		Carga Horária
01	Políticas Públicas de Saúde	60
02	Organização e Funcionamento do Sistema Único de Saúde	60
03	Planejamento Estratégico Governamental	20
04	Elaboração de Indicadores de Saúde	40
05	Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro e os Problemas Contemporâneos	40
06	Gestão Logística em Saúde	20
07	Gestão da Vigilância à Saúde	40
08	Gestão dos Sistemas dos Serviços de Saúde	40
09	Metodologia Científica	40
10	Elaboração do Projeto de Intervenção	60
Total		420

5.3 Componentes curriculares

Unidade Curricular: Políticas Públicas de Saúde	CH:60
Competências / Objetivos: Conhecer e diferenciar as duas faces da política pública, policy e politics, os conceitos	

<p>dos elementos envolvidos e a interação entre elas.</p> <p>Entender o ciclo das políticas públicas e suas dinâmicas.</p>	
<p>Conhecimentos</p> <p>A análise de políticas públicas e seus problemas; As mudanças na legislação e nas instituições de políticas sociais no Brasil; Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Estudos das novas responsabilidades e novas posturas que os governos municipais vêm assumindo quanto às políticas públicas. Estudo das experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular. Articulação e implementação nas dimensões locais e globais e os alcances e limites dos governos municipais. Controle e Avaliação das Políticas Públicas.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>DEMO, Pedro. Política Social, Educação e Cidadania. Campinas: Papyrus, 11ª ed. 2013.</p> <p>TANAKA, Oswaldo Yoshimi; DE OLIVEIRA, Vanessa Elias. Reforma (s) e estruturação do Sistema de Saúde Britânico: lições para o SUS. Saúde e Sociedade, v. 16, n. 1, p. 7-17, 2007. Disponível em: https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0314.pdf Acesso em 26 out 2017</p> <p>SILVA, Enid Rocha Andrade da , BOTELHO Rosana Uihôa / organizadoras: Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas . – Brasília : Ipea, 2016. 329 p. : gráfs. Color. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6270/1/Dimens%C3%B5es%20da%20experi%C3%Aancia%20juvenil%20brasileira%20e%20novos%20desafios%20%C3%A0s%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf Acesso em 26 out 2017</p> <p>Prêmio Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: coletânea de artigos / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro. – Brasília: PNUD: IPEA : FJP, 2015. 224 p. : il., gráfs., mapas color. Disponível em: http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/IDH/undp-br-PremioAtlasDoDesenvolvimentoHumanoNoBrasil-2016.pdf Acesso em 26 out 2017</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 4ª ed. 2012.</p> <p>DUNN, William N. Public Policy Analysis: An Introduction. 4rd. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2009.</p>	

Unidade Curricular: Organização e funcionamento do SUS	CH: 60
<p>Competências / Objetivos:</p> <p>Aprimorar competências gerenciais, que incluem o conhecimento dos princípios da gestão em saúde, da administração pública em saúde e de modelos gerenciais e assistenciais aplicáveis aos serviços de saúde por meio de processos de planejamento e gestão governamental e à otimização dos resultados organizacionais no âmbito do Sistema Único de Saúde.</p>	
<p>Conhecimentos</p> <p>O processo de planejamento e programação em saúde; Instrumento de planejamento no SUS; Recursos – levantamento de informações e análise de estrutura, processos e resultados; Articulação entre os pontos de atenção; A gestão de recursos; Recursos financeiros; Mecanismos de gestão compartilhada; Análise da capacidade institucional (capacidade instalada dos serviços; recursos humanos; suporte logístico; compromissos pactuados/estabelecidos, conselhos e colegiados).</p> <p>Redes de Atenção: Atenção Primária em Saúde; Atenção especializada; Política de Urgência e Emergência; Serviços de diagnóstico e terapia.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política nacional de atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 110 p. (Série E. Legislação em Saúde). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf Acesso em 26 out 2017</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Diretrizes para a programação pactuada e integrada da assistência à saúde. Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 148 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde, vol 5). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/DiretrizesProgPactuadaIntegAssistSaude.pdf Acesso em 26 out 2017</p> <p>BRASIL. Portaria MS n. 2.446. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Brasília: Diário Oficial da União, 2014. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html Acesso em 26 out 2017.</p> <p>MARTINS, H.F; MARINI, C. Um Guia de Governança para Resultados na Administração Pública. Brasília: PUBLIX Conhecimento, 2010. Disponível em: http://ep.ifsp.edu.br/images/conteudo/documentos/biblioteca/guia_governanca_resulta_dos_administracao_publica.pdf Acesso em 26 out 2017</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>COSTIN, C. Administração Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.</p> <p>MENESES, P.; ZERBINI, T.; ABBAD, G. Manual de treinamento Organizacional. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p>	

--	--

Unidade Curricular: Planejamento Estratégico Governamental	CH: 20
<p>Competências / Objetivos:</p> <p>Aprimorar competências gerenciais, direcionadas à melhoria do desempenho de processos de planejamento e gestão governamental (especialmente às metodologias de diagnóstico de situações e de planejamento de situações) e à otimização dos resultados organizacionais no âmbito do Sistema Único de Saúde.</p>	
<p>Conhecimentos</p> <p>Introdução ao Planejamento Estratégico. Aspectos Gerais e Históricos.</p> <p>O Desenvolvimento Planejado. Evolução do Planejamento no Brasil.</p> <p>Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental.</p> <p>Plano Plurianual.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>DAGNINO, Renato Peixoto. Planejamento Estratégico Governamental. Universidade Federal de Santa Catarina: Departamento de Ciências da Administração. Florianópolis: CAPES: UFSC 2012. Disponível em: http://cegpm.virtual.ufpb.br/wp-content/uploads/2013/07/PLANEJAMENTO-ESTRAT%C3%89GICO-GOVERNAMENTAL.pdf Acesso em 26 out 2017</p> <p>GENTILINI, João Augusto. Atores, cenários e planos: o planejamento estratégico situacional e a educação. Cadernos de Pesquisa. v.44 n.153 p.580-601 jul./set. 2014. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/114129/S0100-15742014000300006.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em 26 out 2017</p> <p>JUNQUILHO, Gelson Silva. Teorias da Administração Pública. Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, Florianópolis, 2010. Disponível em: http://ead.uepb.edu.br/arquivos/Livros_UEPB_053_2012/01-teorias%20da%20administra%E7%E3o%20publica/livro%20grafica%20TGAPublica.pdf Acesso em 26 out 2017</p> <p>PEIXOTO, João Paulo M. Governando o Governo. 1 ed. São Paulo, Atlas, 2008. Disponível para baixar em: http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/1480 Acesso em 26 out 2017</p> <p>PINHEIRO, Otilie Macedo. Plano Diretor e Gestão Urbana. Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, Florianópolis, 2010. Disponível em: http://cegpm.virtual.ufpb.br/wp-content/uploads/2013/07/PLANO-DIRETOR-E-GEST%C3%83O-URBANA3.pdf Acesso em 26 out 2017</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. 4 ed. São Paulo, Atlas, 2012.</p>	

<p>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia, Práticas. 26ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>QUINTANA, Alexandre Costa. Contabilidade Pública: de acordo com as novas normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público e a lei de responsabilidade fiscal/ et al. São Paulo, Atlas, 2011. p.19-70.</p>	
---	--

Unidade Curricular: Elaboração de Indicadores de Saúde	CH:40
<p>Competências / Objetivos:</p> <p>Compreender os conceitos de ambiente, qualidade de vida, medidas de saúde e intervenções em saúde.</p> <p>Conhecer as principais fontes de informação de saúde para elaboração de indicadores. Compreender a estrutura e qualificação de indicadores diversos como ferramenta para a gestão em saúde.</p>	
<p>Conhecimentos</p> <p>Avaliações – tipologias, sistemas, processos e requisitos de recursos informacionais;</p> <p>Indicadores – conceitos, critérios, classificações e utilização;</p> <p>Processo de elaboração – gestão do ciclo de vida, análise custo-benefício da produção e utilização de indicadores.</p> <p>Indicadores brasileiros – bases de dados.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BRASIL. Secretaria Estadual de Saúde de SC.Saúde e Cidadania. Disponível em: http://portalses.saude.sc.gov.br/arquivos/sala_de_leitura/saude_e_cidadania/ed_03/05.html . Acesso em 26 out 2017</p> <p>COSTA, Bárbara Oliveira Marguti. Atlas da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas brasileiras / editores: Marco Aurélio . – Brasília : IPEA, 2015. 240 p. : gráfs., mapas color. Disponível em: http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/lvs/publicacao_atlas_ivs_rm.pdf Acesso em 26 out 2017</p> <p>GASPARINI, Liz V. L. Análise das inter-relações de indicadores econômicos, ambientais e sociais para o desempenho sustentável: um instrumento de monitoramento da sustentabilidade organizacional. Florianópolis : UFSC, 2003. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/85159 Acesso em 26 out 2017.</p> <p>GUIMARÃES, José R.S.; JANNUZZI, Paulo .M. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas. (trabalho apresentado no XIV Encontro de Estudos Populacionais, ABEP, realizados em Minas Gerais, 20-24 de setembro de 2005). Disponível em: http://www.ernestoamaral.com/docs/IndSoc/biblio/Guimaraes2004.pdf Acesso em 26 out 2017</p> <p>Bibliografia Complementar:</p>	

JANNUZZI, Paulo.M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Disponível em: https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2012.pdf . Acesso em 26 out 2017	
---	--

Unidade Curricular: Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro e os Problemas Contemporâneos	CH:40
<p>Competências / Objetivos:</p> <p>Perceber o contexto, capacidade de leitura macroespacial, do desenvolvimento e das mudanças no Estado brasileiro;</p> <p>Ampliar o senso crítico acerca das questões que versam sobre o Estado brasileiro;</p> <p>Aprimorar competências gerenciais, direcionadas à melhoria de processos administrativos e à otimização dos resultados organizacionais;</p> <p>Compreender as diferentes posições ideológicas no aparato do Estado;</p> <p>Promover a visão ampla e profunda sobre o desenvolvimento do Estado, suas mudanças, seus potenciais e limitações;</p> <p>Expandir o entendimento acerca do funcionamento da estrutura pública brasileira;</p> <p>Desenvolver a análise conjuntural e estratégica sobre a administração pública.</p> <p>Analisar a evolução do tratamento da questão social pelo poder público, ao longo da história.</p> <p>Estudar questões relacionadas à Educação, à Saúde, à Assistência Social e ao mundo do trabalho.</p> <p>Analisar as complexas relações entre Estado, governo e mercado nas sociedades capitalistas contemporâneas.</p>	
<p>Conhecimentos</p> <p>Desenvolvimento econômico, mudança social, centralização e descentralização político- administrativas no Brasil: da República oligárquica à República democrática do século XXI. Problemas de cunho sócio-econômico como os relacionados à distribuição de renda e riqueza, à geração de trabalho e renda, à inclusão social, à realização de reformas, ao aumento da transparência e da participação popular.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>PEREIRA, Orgs Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter Kevin. Reforma do Estado e administração pública gerencial. Editora FGV, 2015.</p> <p>ITUASSU, Arthur; ALMEIDA, Rodrigo (org.), O Brasil tem jeito? Vol.2: Educação,</p>	

saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. Disponível em: <http://docplayer.com.br/3341587-O-brasil-tem-jeito-vol-2-educacao-saude-justica-e-seguranca-arthur-ituassu-e-rodrigo-de-almeida-orgs.html> Acesso em 26 out 2017

KLIKSBERG, Bernardo. Falácias e mitos do desenvolvimento social. Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. Cap. 3, “Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?”, p.69-103. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127133POR.pdf> Acesso em 26 out 2017

Bibliografia Complementar:

INSTITUTO DNA BRASIL. 50 brasileiros param para pensar a vocação do país. São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2005.

Unidade Curricular: Gestão Logística em Saúde	CH: 20
<p>Competências / Objetivos:</p> <p>Compreender as atividades de logística de uma empresa com ênfase hospitalar e demais serviços de saúde, utilizando as metodologias e tecnologias atualizadas de gestão e identificando as oportunidades de redução de custos, o aumento da qualidade dos serviços em geral e o aumento da qualidade de cumprimento do prazo. Beneficiar o cliente/usuário e contribuir para melhoria da gestão na instituição prestadora de serviços de saúde.</p>	
<p>Conhecimentos</p> <p>Cadeia de suprimentos. Conceitos Logística x Cadeia de Suprimento Modelos de Previsão de Demanda Aquisição. Sistemática de Compras e Escolha de Fornecedores em unidades de saúde. Gestão da Cadeia de Suprimentos. Tipos de Redes de Suprimento. Níveis de Serviços Armazenagem. Manuseio e Acondicionamento de Produtos. Localização.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>AYRES, et al. Logística em organizações de saúde. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Ih6HCgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=AYRES,+et+al.+Log%C3%ADstica+em+organiza%C3%A7%C3%B5es+de+sa%C3%BAde&ots=03unYsMQM3&sig=1BmfnefJ5zlzNM3j6sIjGA1bpZo#v=onepage&q&f=false Acesso em 26 out 2017</p> <p>BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: Planejamento, Organização e Logística Empresarial. 4ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2011;</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BARBIERI, José Carlos; MACHLINE, Claude. Logística Hospitalar. São Paulo:</p>	

<p>Saraiva, 2009.</p> <p>PAES, Libania Rangel de Alvarenga. <i>Gestão de Operações em Saúde – Paes</i>. 1ª ed. Rio de Janeiro: Atheneu Rio, 2011.</p> <p>SANTOS, Gustavo Alves Andrade dos. <i>Gestão de Farmácia Hospitalar</i>. Ed. 4ª. São Paulo: Senac, 2016.</p> <p>XAVIER, Lucia Helena. CORRÊA, Henrique Luiz. <i>Sistemas de Logística Reversa: Criando Cadeias de Suprimento Sustentáveis</i>. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.</p>	
<p>Unidade Curricular: Gestão da Vigilância à Saúde</p>	<p>CH:40</p>
<p>Competências / Objetivos:</p> <p>Interferir no processo saúde-doença, no que diz respeito às questões socioambientais.</p> <p>Desenvolver processo de reflexão sobre as ações das Vigilâncias em Saúde.</p> <p>Discutir a adequada utilização de legislações visando melhorias na qualidade da saúde das pessoas.</p> <p>Elaborar programas de gestão integrada municipal das Vigilâncias em Saúde.</p> <p>Desenvolver processo de reflexão sobre as ações das Vigilâncias em Saúde.</p> <p>Construir uma cultura institucional de adoção de critérios socioambientais e práticas sustentáveis na gestão das ações de saúde.</p> <p>Promover a saúde e saúde pública, como prática social e ambiental.</p>	
<p>Conhecimentos</p> <p>Conceitos, definições básicas e medidas em epidemiologia, tipos de estudos e metodologia de investigação. Conceitos básicos envolvidos na produção e utilização de informações. Sistema de Informação. Base de dados Nacionais. Análise de dados: demanda, oferta e atendimento. Identificação e análise de risco. Perfil demográfico e epidemiológico brasileiro/tendências. Vigilância à saúde, promoção da saúde, prevenção dos fatores de risco. Condições de saúde: necessidades e expectativas da população (análise de situação de saúde com participação da população). Pacto pela Saúde. Pacto de gestão: fundamentos e seus instrumentos (Planejamento Regional, PDI, PDR, PPI, CGR).</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BEAGLEHOLE,R.et al. <i>Epidemiologia básica</i>. São Paulo. Ed Santos. 2010. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/43541/5/9788572888394_por.pdf Acesso em 26 out 2017</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas. <i>Diretrizes para a programação pactuada e integrada da assistência à saúde</i>. Brasília : Ministério da Saúde, 2011. 148 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde, vol 5), 2011. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/DiretrizesProgPactuadaIntegAssistSaude.pdf Acesso em 26 out 2017</p>	

<p>REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÃO PARA A SAÚDE. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações. 2. ed. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/2ed/indicadores.pdf Acesso em 26 out 2017</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>MEDRONHO, R. A. Epidemiologia. São Paulo. Editora Atheneu, 2008.</p> <p>MORAES, I. H. S.; VASCONCELLOS, M. M. Política Nacional de Informação, Informática e Comunicação em Saúde: Um Pacto a ser Construído. Saúde em Debate, v. 29, p. 86-98, 2015.</p> <p>MORAES, I. H. S. Política, tecnologia e informação em saúde – a utopia da emancipação. Salvador: ISC/UFBA. 2002.</p>	
<p>Unidade Curricular: Gestão dos Sistemas dos Serviços de Saúde</p>	<p>CH:40</p>
<p>Competências / Objetivos:</p> <p>Conhecer a trajetória histórica dos sistemas e serviços de saúde internacional e nacional, compreendendo a importância e a organização das redes de atenção, da dinâmica dos sistemas locais, propondo estratégias de minimização dos problemas.</p>	
<p>Conhecimentos</p> <p>Relações interfederativas, o papel de entes federados e suas as responsabilidade sanitárias à luz do Pacto pela Saúde.</p> <p>Consórcios públicos de saúde; Gestão do trabalho e educação na saúde;</p> <p>Financiamento e respectivos mecanismos de repasse do SUS; Fundamentos e diretrizes da Regulação da atenção e Regulação do acesso; Auditoria dos serviços e de gestão;</p> <p>Desenvolvimento de atitudes gerenciais voltadas para a liderança, a negociação, a resolução de conflitos, a comunicação e outros.</p> <p>Reorganização da dinâmica de gestão do trabalho em equipe: adoção de espaços coletivos de singularização (inclusão das diferenças), construção de grupidades e contratação de tarefas com corresponsabilização.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>BRASIL. Conselho Nacional de Secretarias de Saúde. Para entender a gestão do SUS Vol 3. Brasília: CONASS. 2011. Disponível em: http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_3.pdf Acesso em 26 out 2017</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes para a implantação de Complexos Reguladores. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 68p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos, vol 6). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/DiretrizesImplantComplexosReg2811.pdf Acesso em 26 out 2017</p>	

<p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Diretrizes Operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 76 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos, vol. 1). Disponível em: http://www.saude.mppr.mp.br/arquivos/File/volume1.pdf Acesso em 26 out 2017.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Regulamento dos pactos pela vida e de gestão. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. xx p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos, vol 2). Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/webpacto/regulacao.pdf Acesso em 26 out 2017</p> <p>PIERANTONI, C. As reformas do Estado, da Saúde e Recursos Humanos: limites e possibilidades. Ciência e Saúde Coletiva, ABRASCO XI (2), 2001, p. 341-361. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26370162_As_reformas_do_Estado_da_sau_de_e_recursos_humanos_limites_e_possibilidades Acesso em 26 out 2017</p> <p>VIANA, Ana Luiza (Orgs.). O Sistema Único de Saúde em dez anos de desafio. São Paulo: Sobravime, p. 27-78, 2013.</p>	
---	--

Unidade Curricular: Metodologia Científica	CH: 40
<p>Competências / Objetivos:</p> <p>Diferenciar as concepções de ciência;</p> <p>Compreender os tipos de conhecimento científico;</p> <p>Entender o significado de metodologia científica;</p> <p>Classificar os diferentes métodos;</p> <p>Identificar a importância da estrutura das etapas de uma pesquisa;</p> <p>Conhecer detalhadamente os processos de execução de uma pesquisa;</p> <p>Conhecer e identificar os elementos que compõem uma monografia;</p> <p>Conhecer a estrutura de um trabalho acadêmico;</p> <p>Identificar os principais tipos de trabalho acadêmico;</p> <p>Ser capaz de elaborar diversos tipos de trabalhos didáticos para beneficiar sua pesquisa; Conhecer as normas técnicas indicativas da metodologia para elaboração de trabalhos acadêmicos referentes às citações e às referências;</p> <p>Conhecer a política da pesquisa em saúde;</p> <p>Conhecer as diretrizes e normas regulamentadoras da pesquisa com seres humanos;</p> <p>Entender o significado da ética na pesquisa em saúde; aprender a encaminhar o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP;</p> <p>Cadastrar projeto no site do SISNEP - Sistema Nacional de Informação sobre Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos;</p>	
<p>Conhecimentos</p> <p>- Principais métodos de pesquisa em Saúde a fim de aplicar na construção dos</p>	

<p>projetos de pesquisa nos projetos de intervenção como trabalho de conclusão do curso.</p> <ul style="list-style-type: none"> - As concepções de ciência. - Tipos de conhecimentos científicos. - Significado de Metodologia Científica. - A pesquisa Científica. - Métodos e Classificação de Pesquisa. - Estrutura de Trabalho Acadêmico. - Normas de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos. - A pesquisa em Saúde. - Prioridades e normas regulamentadoras da pesquisa com seres humanos. - O comitê de ética em pesquisa. 	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23 Ed. Editora Cortez, 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3480016/mod_label/intro/SEVERINO_Metodologia_do_Trabalho_Cientifico_2007.pdf Acesso em 26 out 2017</p> <p>ASSOCIACAO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://www.fee.ufpa.br/arqsecret/ABNT%20NBR%2014724.pdf Acesso em 26 out 2017</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>IFSC – Manual de Comunicação Científica . 1 Ed. IFSC, 2016. Disponível em: http://www.ifsc.edu.br/images/ensino/biblioteca/Manual_comunicacao_cientifica.pdf Acesso em 26 out 2017</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE SAUDE. Resolução 466 de 12 de outubro de 2012 que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html Acesso em 26 out 2017</p>	

5.4 Atividades complementares

A cada unidade curricular será prevista e planejada, no mínimo uma atividade complementar, com vistas a contribuir com as competências da UC e também preparando o discente para o trabalho de conclusão de curso - Projeto de Intervenção.

Exemplos de atividades complementares:

1- Trabalho individual - Atividade reflexiva, entre os atributos de uma organização pública e outra

privada estipulando critérios de conhecimento como nome da organização; missão, visão, valores; breve histórico da organização; governança; profissionalização; financiamento; gestão de pessoas; tecnologia da informação; organização do cuidado; inserção no SUS.

2 - Trabalho em grupos - Estabelecimento de um fluxograma explicativo na resolução de uma situação problema identificada na gestão da saúde de seu município.

3 - Elaboração de um vídeo de visita ao Conselho Municipal de Saúde com levantamento do trabalho desenvolvido para posterior apresentação; discussão e reflexão.

4 - Relatório da secretaria Municipal de Saúde de seu município para apresentação da estrutura assistencial da rede ambulatorial; hospitalar; referencia e contra referência.

5.5 Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem

A avaliação no processo de construção do conhecimento neste curso pretende ser um instrumento que possibilite a identificação do desenvolvimento de competências (atitudes, conhecimentos e habilidades) do estudante e que forneça elementos para orientações necessárias, complementações, enriquecimento no processo dessa construção. O parâmetro para a avaliação terá como fundamento o perfil profissional delineado para o egresso e o Regulamento Didático Pedagógico do Campus Florianópolis – RDP.

A avaliação se propõe a ser um instrumento para a reorientação do estudante no desenvolvimento das aprendizagens e, para os professores, no replanejamento de suas atividades. É, pois, processual, como ferramenta construtiva que promove melhorias e inovações, com vistas ao aperfeiçoamento da aprendizagem dos estudantes.

As unidades curriculares serão ofertadas em pares. As UCs com carga horária de 20h serão distribuídas em 02 (duas) semanas com previsão de 1(um) encontro. As UCs de 40h ocorrerão ao longo de 04 (quatro) semanas com previsão de 2 (dois) encontros presenciais e, finalmente as UCs de 60h se desenvolverão em 6 (seis) semanas com previsão de 3 (três) encontros presenciais. A(s) atividade(s) avaliativa(s) será(ão) desenvolvida(s) na plataforma Moodle – por meio das ferramentas: chat, fórum de discussão, questionário, envio de tarefa (projetos, pesquisas, relatórios) dentre outras, e será(ão) avaliada(s) pelo professor da unidade curricular.

APROVEITAMENTO ACADÊMICO

A avaliação da aprendizagem do estudante atende ao que dispõe o art. 6º, parágrafo único da Resolução nº1/2007 do Conselho Nacional de Educação: “os cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos a distância deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial individual de trabalho de conclusão de curso”, e levará em conta:

- a participação do estudante nas atividades presenciais;

- a participação do estudante nas atividades *online*;
- a execução e entrega das tarefas propostas nos prazos estabelecidos;
- as provas escritas de caráter individual e presencial.

O resultado da avaliação será expresso por notas de valores inteiros de 0 (zero) a 10 (dez): Conforme artigo 41 do Regulamento Didático-Pedagógico do IFSC. O resultado Mínimo para aprovação em um componente curricular é 6 (seis).

Ao estudante que não conseguir alcançar o resultado mínimo no tempo previsto será dada a possibilidade de desenvolver recuperação de estudos sob orientação do professor.

Os estudantes serão avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos docentes e divulgados no início do desenvolvimento de cada unidade curricular.

Prova presencial

- Haverá 01(uma) prova presencial por unidade curricular com exceção da UC de Metodologia Científica que será avaliada pelo projeto de intervenção.
- Essa prova será realizada de forma individual e presencial;
- O estudante deverá obter, no mínimo, nota 6 (seis).

Obs.1: o estudante que não puder estar presente na data da prova presencial e que possua justificativa comprovada (original ou cópia com carimbo “confere com original”) terá a possibilidade de realizar prova de segunda chamada.

Obs.2: o estudante que obtiver desempenho inferior a 6 (seis) na prova presencial (ou de segunda chamada) e que atenda à exigência de frequência suficiente na unidade curricular poderá fazer prova de recuperação individual, que acontecerá ao final de cada módulo, **como prevê o RDP e a Resolução N. 105/2011/CEPE.**

5.6 Trabalho de Conclusão de Curso

A metodologia utilizada nos Trabalhos de Conclusão de Curso será a elaboração do **projeto de intervenção** que compreenderá um projeto de pesquisa-intervenção desenvolvido ao longo do curso, organizado com foco em um problema delimitado e objeto de análise. Expressará os processos de aprendizagem, o comprometimento pessoal e o envolvimento discente no projeto de pesquisa-intervenção.

O projeto deve ser elaborado individualmente pelo estudante e abordar um tema relevante para a área de atuação. O tema será aprovado conforme as linhas de pesquisa, sendo Gestão do

Trabalho e Educação em Saúde; Sistema, políticas e serviços de saúde; Avaliação de tecnologias e economia em saúde; determinantes sociais da saúde; gestão da vigilância a saúde; estipuladas pelo curso em questão. Durante o desenvolvimento do projeto, cada participante terá o apoio metodológico e conceitual de um professor orientador.

Como resultado do projeto, o participante deve propor o caminho para a solução de um problema e/ou uma oportunidade para um setor da atividade pública ou privada, com base em discussão aprofundada sobre a questão.

A aprovação do projeto é determinante para a conclusão da Pós-Graduação em Gestão em Saúde. O trabalho aprovado deverá ser apresentado pelo participante na Unidade Curricular Elaboração do Projeto de Intervenção.

O trabalho de Conclusão de Curso da Gestão em Saúde será a elaboração do Projeto de Intervenção. Conforme resolução 105/CEPE republicada em março de 2016 é denominado **“Relatórios de Pesquisa de Campo”**. A carga horária destinada será de 60 horas, distribuídas em seis meses, sendo acompanhado por um docente orientador. Ao final da etapa, deverá ser apresentado individualmente em um evento previamente marcado, com a banca sendo composta pelo orientador e mais dois membros designados pelo coordenador de Curso.

Importante salientar que o aluno deve integralizar todas as unidades curriculares para só então apresentar seu trabalho de conclusão do curso, conforme resolução 105 CEPE/IFSC - inciso II do Art. 25.

O prazo para a apresentação do TCC poderá ser prorrogado por um prazo máximo de até 06 (seis) meses, conforme prevê a resolução 105/CEPE.

5.7 Atividades de Tutoria (para cursos EAD)

As atividades de tutoria acontecerão presencialmente ao discentes, onde cada campus/polo terá um tutor presencial. A tutoria a distância será realizada pelos docentes no AVEA.

Cada polo ou NEaD manterá disponível um tutor durante os encontros presenciais para auxílio com a videoconferência e contato com os polos.

Nos polos em que se ofertará o curso a responsabilidade desse profissional será via prefeituras ou Secretarias.

No NEaD campus Florianópolis haverá um bolsista e um servidor técnico da área de TI para suporte. O NeaD campus Joinville disponibilizará por meio dos servidores o suporte necessário.

5.8 Critérios de aproveitamento de unidades curriculares cursadas anteriormente

Segundo resolução 105/CEPE, artigo 30, §2º “É permitido o aproveitamento de estudos de componente(s) cursado(s) em Curso de Pós-Graduação nesta ou em outra(s) IES, desde que não ultrapasse 30% (trinta por cento) do total de horas do Curso”.

Fica assim estipulado o aproveitamento de unidades curriculares cursadas anteriormente neste mesmo Curso ou em Cursos semelhantes, baseado no regulamento didático pedagógico do IFSC e na resolução 105/2016/CEPE.

Conforme o Regulamento Didático-Pedagógico - RDP do IFSC, o requerimento de solicitação de validação será formalizado pelo aluno à Coordenadoria de Curso, no prazo estipulado no calendário acadêmico.

5.9 Incentivo a pesquisa, a extensão e a produção científica e tecnológica

A realização de um curso em nível de Pós-Graduação, gera conhecimentos referentes a temática na forma de projetos de intervenção e sua apresentação em evento científico.

A produção de extensão é possível quando os estudantes agem na realidade em que atuam valendo-se da metodologia científica. Exemplo, quando intervêm em sua comunidade de convívio na resolução de um problema local da sua comunidade.

6. CORPO DOCENTE E TUTORIAL

6.1 Coordenador do Curso

Rosane Aparecida do Prado - rosane@ifsc.edu.br (48) 32116047.

Graduação em Enfermagem e Obstetrícia. Mestrado em Enfermagem.

Regime de trabalho= 40 hs DE.

6.2 Corpo Docente

Unidade Curricular	Docente	Titulação		Instituição
		Graduação	Pós-graduação	
Organização e Funcionamento do SUS	Rosane Aparecida do Prado	Enfermagem e Obstetrícia	Mestrado em Enfermagem	IFSC
Políticas Públicas em Saúde	Alexandre Pareto da Cunha	Enfermagem	Doutor em Enfermagem	IFSC
Planejamento Estratégico Governamental	Juliana Monguilhott	Enfermagem	Mestre em Enfermagem (Doutoranda UFSC)	IFSC
Elaboração de Indicadores	Vanessa L. T. Jardim	Enfermagem	Doutora em Enfermagem	IFSC
Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro e os Problemas	Ângela Regina Kirchner	Enfermagem	Mestre em Enfermagem	IFSC

Contemporâneos				
Gestão Logística em Saúde	Gerusa Ribeiro	Enfermagem	Mestre em Enfermagem (Doutoranda UFSC)	IFSC
Gestão da Vigilância à Saúde	Marciele Misiak	Enfermagem	Mestre em Enfermagem	IFSC
Gestão dos Sistemas dos Serviços de Saúde	Inácio Alberto Costa	Enfermagem	Mestre em Enfermagem (Doutorando UFSC)	IFSC
Metodologia Científica	Suelen dos Santos Saraiva	Bacharelado e licenciatura em Enfermagem e Obstetrícia	Mestrado em Saúde Coletiva. Doutoranda em Saúde Coletiva.	IFSC

6.3 Colegiado do Curso

O colegiado do Curso terá por finalidade acompanhar a implementação do projeto pedagógico, avaliar alterações dos currículos plenos, discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso, observando-se as políticas e normas do IFSC.

Será constituído pelo coordenador; 02 representantes docentes e 02 representantes discentes e um técnico administrativo vinculado ao Curso.

Com encontros ordinariamente duas vezes por semestre e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por solicitação da maioria absoluta (2/3) de seus membros, com antecedência mínima de 48 horas.

Será criado um regimento para maiores detalhes de seu desenvolvimento.

7. INFRAESTRUTURA FÍSICA

7.1 Instalações gerais e equipamentos

A infraestrutura necessária para a oferta do curso na educação a distância constitui-se em sala para atividades administrativas, de apoio pedagógico e tutoria, sala de videoconferência, suporte técnico e de redes, laboratório para produção multimídia e laboratório de informática.

Sala para Docentes	Laboratório de Informática	Sala de Videoconferência e
---------------------------	-----------------------------------	-----------------------------------

		AVEA
Os professores vinculados ao programa possuem salas coletivas para desenvolvimento de suas atividades acadêmicas, com suporte de telefonia, computadores e rede lógica. Ambientes de uso comum serão reestruturados para oferecer condições de trabalho que priorizem a otimização e racionalização dos espaços, a comunicação, e o acesso aos recursos, como impressão, xerografia, e escaneamento alocados no Departamento de Saúde e Serviços (DASS).	Laboratório com 25 computadores, mesas, cadeiras e projetor.	<p>O campus conta com uma estrutura de 3 salas para videoconferência.</p> <p>A sala prevista para o NEaD ofertar o curso será a sala número C 203 que conta com trinta (30) carteiras para estudantes e equipamento instalado para transmissão da videoconferência.</p> <p>Quanto à sala de aula virtual, o curso adota o <i>Moodle</i>, por ser um programa de código aberto e por sua interface simples e bem estruturada. Esse ambiente virtual de ensino e aprendizagem (AVEA) oferece diversos recursos de comunicação e interação entre todos os envolvidos, além de possibilitar o uso de diferentes ferramentas e recursos pelos estudantes e formadores, tais como: agenda, tarefas, material de apoio, textos, perguntas, pesquisa de opinião, fóruns de discussão, bate-papo, correio eletrônico, questionários, pesquisa de avaliação, acessos; trabalho com revisão, administração do curso; suporte e autenticação de acesso, dentre outras.</p>

O NEaD (Núcleo de Educação a Distância) do campus Florianópolis, em conjunto com o Departamento Acadêmico de Saúde e Serviços (DASS) serão os eixos estruturais para viabilidade do curso.

O NEaD possui salas e equipamentos específicos para o desenvolvimento de atividades a distância. O espaço para a coordenação do curso e o trabalho técnico administrativo será ser alocado neste espaço físico.

7.2 Polos de apoio presencial ou estrutura multicampi (para cursos EAD)

Para os estudantes, os campus/polos de apoio presencial disporão de: laboratório equipado com computadores e acesso à internet, sala de tutoria para atendimento individual e ambiente para videoconferência, biblioteca e sala da coordenação de polo.

Conforme turmas anteriores ofertadas os polos que novamente serão ofertantes já passaram por aprovação da CAPES nos requisitos de área física e infraestrutura.

Nos Campus Florianópolis e Joinville o NEaD será a referência para receber a turma de estudantes, conforme previsão de sala de aula, equipamentos e suporte técnico.

7.3 Sala de tutoria (para cursos EAD)

Dispõem-se de uma sala de tutoria montada e estruturada para atendimento de tutoria. Com 11 computadores completos de mesa, fones de ouvido em suas respectivas mesas com cadeiras. Sala com dois aparelhos de ar condicionado, boa iluminação e ventilação.

7.4 Suportes midiáticos (para cursos EAD)

O campus Florianópolis de onde serão transmitidas as aulas dispõe de três salas de vídeo conferencia com capacidade de ofertar simultaneamente a vários Cursos e polos ao mesmo tempo. Bem como um NEaD atuante com infraestrutura adequada.

7.5 Biblioteca

Contará com bibliotecas, (Campus Florianópolis, Campus Joinville) e livros nas diversas áreas do conhecimento, dissertações e teses para suporte às disciplinas deste curso.

A Biblioteca Dr. Hercílio Luz possui ambientes para estudo individualizado e em grupo para os alunos com boa iluminação e ventilação. Conta com um vasto acervo que dá suporte às atividades didático-pedagógicas e de pesquisa/extensão de todo o Campus Florianópolis. Particularmente no que tange os cursos da área da saúde, pode-se ressaltar a existência de cerca de 150 títulos (1 000 exemplares) na área de Saúde Pública, Enfermagem, Radiologia, Gestão, Medicina, Anatomia e Fisiologia, Matemática, Metodologia Científica, bem como cerca de 650 títulos (2776 exemplares) na área de Matemática, que são domínios essenciais para o bom desenvolvimento do profissional dessa área.

O acervo é constituído por livros, CD-ROM, periódicos, dissertações, revistas, jornais, trabalhos de conclusão de curso, teses, folhetos, catálogos de fabricantes, apostilas, coleções, dicionários, enciclopédias e disquetes.

A biblioteca está informatizada com sistema Sophia, permitindo a consulta direta do acervo pela Internet, que proporciona o acesso às bibliotecas dos demais campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

Os livros técnicos específicos do curso estão listados, conforme relação da bibliografia disponível obtida no sistema Sophia, e anexados ao Projeto Pedagógico do Curso.

O NEaD possui um acervo próprio em multimídia de todo o material desenvolvido pelo PNAP que está em formato digital e impresso para consulta e retirada dos discentes. Cada Unidade Curricular do programa anterior possui um material de referencia que será adaptado para a nova estrutura do curso.

A biblioteca do campus Joinville também possui diversos títulos relacionados a Gestão em Saúde, devido o campus ofertar o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar.

8. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

A cada semestre será realizada uma avaliação da oferta do Curso, compreendendo as questões pedagógicas, administrativas e infraestrutura. Serão formulados questionários aos discentes, por meio do ambiente virtual e reuniões pontuais com os docentes com o objetivo de avaliação.

9. AUTORIZAÇÃO DA OFERTA DO CURSO

Oferta Anterior- Resolução nº 07/2010 CS e Deliberação nº 03/2010 CEPE- Republicada em 03/07/2014.

Oferta atual - Resolução N.005/2016 de 22 de Junho de 2016, Colegiado Acadêmico do Departamento de Saúde e Serviço.

Resolução Colegiado do Campus Florianópolis – N. 006/2017 de 04 de Junho de 2017.